

Cinquenta Anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão

Coletânea original:
JÜRGEN SCHWABE

Organização e introdução
LEONARDO MARTINS

Tradução:
Beatriz Hennig
Leonardo Martins
Mariana Bigelli de Carvalho
Tereza Maria de Castro
Vivianne Geraldine Ferreira

Prefácio:
Jan Woischnik



Konrad
Adenauer-
Stiftung

Índice

ABREVIATURAS	7
PREFÁCIO	
JAN WOISCHNIK	27
INTRODUÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL ALEMÃO	
LEONARDO MARTINS	33
I. Para entender a responsabilidade e autoridade do Tribunal Constitucional Federal Alemão no sistema concentrado do controle de constitucionalidade.....	35
II. Fundamentos processuais e organizacionais.....	40
1. Da competência	40
2. Da organização e escolha dos juízes	41
3. Do processo	43
a) Objeto e parâmetro de decisão nos processos de controle de constitucionalidade	43
b) Processo de controle abstrato das normas (<i>abstraktes Normenkontrollverfahren</i>)	45
c) Processo de controle concreto das normas (<i>konkretes Normenkontrollverfahren</i>)	48
d) Processos de verificação e qualificação das normas (<i>Normverifikationsverfahren / Normqualifikationsverfahren</i>)	55

1ª Parte:

PRELIMINARES CONCEITUAIS E DOGMÁTICAS

§ 1.	Quanto à interpretação	129
1.	BVerfGE 11, 126 (Nachkonstitutioneller Bestätigungswille)	130
2.	BVerfGE 8, 28 (Besoldungsrecht)	133
3.	BVerfGE 40, 88 (Führerschein)	136
§ 2.	Quanto ao exame da interpretação e aplicação do direito ordinário pelo Tribunal Constitucional Federal	141
4.	BVerfGE 18, 85 (Spezifisches Verfassungsrecht)	142
5.	BVerfGE 43, 130 (Flugblatt)	145
§ 3.	Quanto aos efeitos da inconstitucionalidade de normas	151
6.	BVerfGE 1, 14 (Südweststaat)	152
7.	BVerfGE 21, 12 (Allphasenumsatzsteuer)	153
§ 4.	Quanto à ordem econômica constitucional	155
8.	BVerfGE 50, 290 (Mitbestimmungsgesetz)	156
§ 5.	Quanto à eficácia dos direitos fundamentais em relações especiais de sujeição do titular à autoridade investida de poder público .	161
9.	BVerfGE 33, 1 (Strafgefängene)	162
§ 6.	Quanto à titularidade de direitos fundamentais por pessoas jurídicas (Art. 19 III GG)	169
10.	BVerfGE 21, 362 (Sozialversicherungsträger)	170
11.	BVerfGE 31, 314 (2. Rundfunkentscheidung)	173

2ª Parte:

DIREITO CONSTITUCIONAL MATERIAL I

(Direitos Fundamentais – Art. 1 – 19 GG)

§ 7.	Dignidade da pessoa humana (Art. 1 I GG)	177
12.	BVerfGE 30, 1 (Abhörurteil)	179
13.	BVerfGE 45, 187 (Lebenslange Freiheitsstrafe)	182
§ 8.	Livre desenvolvimento da personalidade (Art. 2 I GG)	187
14.	BVerfGE 6, 32 (Elfes)	190

§ 12. Liberdade de expressão do pensamento, de informação, de imprensa, de radiodifusão e de cinematografia (Art. 5 I GG)	379
44. BVerfGE 7, 198 (Lüth-Urteil)	381
45. BVerfGE 12, 113 (Schmid-Spiegel)	395
46. BVerfGE 25, 256 (Blinkfuer)	400
47. BVerfGE 44, 197 (Solidaritätsadresse)	409
48. BVerfGE 93, 266 ("Soldaten sind Mörder")	414
49. BVerfGE 90, 27 (Parabolantenne)	427
50. BVerfGE 20, 162 (Spiegel-Urteil)	438
51. BVerfGE 102, 347 (Benetton / Schockwerbung)	451
52. BVerfGE 52, 283 (Tendenzbetrieb)	461
53. BVerfGE 12, 205 (1. Rundfunkentscheidung)	471
54. BVerfGE 57, 295 (3. Rundfunkentscheidung)	475
55. BVerfGE 73, 118 (4. Rundfunkentscheidung)	484
56. BVerfGE 35, 202 (Lebach)	486
§ 13. Liberdade artística (Art. 5 III GG)	495
57. BVerfGE 30, 173 (Mephisto)	495
§ 14. Proteção do casamento e da família (Art. 6 GG)	501
58. BVerfGE 6, 55 (Steuersplitting)	502
59. BVerfGE 47, 46 (Sexualkundeunterricht)	505
§ 15. Direitos fundamentais escolares e liberdade de estabelecimento escolar privado (Art. 7 GG)	513
60. BVerfGE 52, 223 (Schulgebet)	514
§ 16. Liberdade de reunião (Art. 8 I GG)	523
61. BVerfGE 69, 315 (Brokdorf)	523
62. BVerfGE 92, 1 (Sitzblockaden II)	543
63. BVerfGE 85, 69 (Eilversammlung)	552
§ 17. Liberdade (geral) de associação e de criação de associações profissionais (Art. 9 GG)	557
64. BVerfGE 19, 303 (Dortmunder Hauptbahnhof)	557
65. BVerfGE 42, 133 (Wahlwerbung)	563
66. BVerfGE 28, 295 (Mitgliederwerbung I)	566
67. BVerfGE 50, 290 (Mitbestimmungsgesetz)	567
68. BVerfGE 84, 212 (Aussperrung)	574
69. BVerfGE 92, 365 (Kurzarbeitergeld)	582

§ 23. Proteção contra a retirada da cidadania e extradição, e direito ao asilo político (Art. 16 e 16a GG)	781
95. BVerfGE 74, 51 (Nachfluchtatbestände)	783
96. BVerfGE 80, 315 (Tamilen)	787
97. BVerfGE 81, 142 (Terroristische Betätigung im Exil)	789
98. BVerfGE 94, 49 (Sichere Drittstaaten)	793
§ 24. Direito de petição (Art. 17 GG)	799
§ 25. Garantia da via judicial (Art. 19 IV GG)	801
99. BVerfGE 10, 264 (Vorschuss für Gerichtskosten)	801
100. BVerfGE 24, 33 (AKU-Urteil)	803
101. BVerfGE 35, 382 (Ausländerausweisung)	805
102. BVerfGE 37, 150 (Sofortiger Strafvollzug)	812
103. BVerfGE 84, 34 (Gerichtliche Prüfungskontrolle)	813

3ª Parte:

DIREITO CONSTITUCIONAL MATERIAL II

(Direito de Organização do Estado)

§ 26. Princípios constitucionais do Estado I:	
Ordem federativa (Art. 20 I GG)	821
104. BVerfGE 12, 205 (1. Rundfunkentscheidung)	821
§ 27. Princípios constitucionais do Estado II:	
Estado social (Art. 20 I GG)	827
105. BVerfGE 40, 121 (Waisenrente II)	827
106. BVerfGE 59, 231 (Freie Mitarbeiter)	829
107. BVerfGE 100, 271 (Lohnabstandsklausel)	831
§ 28. Princípios constitucionais do Estado III:	
Estado democrático (Art. 20 I e II GG)	837
108. BVerfGE 44, 125 (Öffentlichkeitsarbeit)	837

§ 35. <i>Nulla poena sine lege</i> e proibição da retroatividade das leis penais	
(Art. 103 II GG)	925
127. BVerfGE 14, 174 (Gesetzgebundenheit im Strafrecht)	925
128. BVerfGE 32, 346 (Strafbestimmungen in Gemeindefestsetzungen)	929
129. BVerfGE 26, 41 (Grober Unfug)	931
130. BVerfGE 25, 269 (Verfolgungsverjährung)	934
§ 36. <i>Ne bis in idem</i> (Art. 103 III GG)	941
131. BVerfGE 23, 191 (Dienstflucht)	941
§ 37. <i>Garantias do preso</i> (Art. 104 GG)	945
132. BVerfGE 10, 302 (Vormundschaft)	945
ANEXOS	951
I. Excertos da <i>Grundgesetz</i> (GG) e da Lei Orgânica do TCF (BVerfGG)	953
II. Quadro sinótico das Decisões apresentadas	977
1. Ordem de assuntos e aplicação dos dispositivos constitucionais	977
2. Ordem cronológica	982
III. Index Remissivo Conceitual	987
IV. Bibliografia	991